



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Feminismos e Serviço Social

DIVISÃO SEXUAL NO CAPITALISMO: MISTIFICAÇÃO HISTÓRICA DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAIS

NICOLE ALVES PONTES¹

RESUMO

O trabalho de doméstico e de cuidados segue sendo um trabalho invisibilizado, tratado como um atributo natural das mulheres. A desigualdade que se ergue através dele, no entanto, aponta um processo de expropriação e violência, que se reproduz através de um trabalho não pago fundamental à reprodução capitalista. Compreender como as desigualdades de gênero, patriarcais se erguem e se reproduzem é fundamental para desvelar a mistificação que coloca produção e reprodução sociais como esferas desconexas. Assim, o artigo problematiza a divisão sexual do trabalho no capitalismo, apontando determinações e mediações dessa construção histórica.

Palavras-chave: divisão sexual do trabalho, patriarcado, reprodução social.

ABSTRACT

Domestic and care work continues to be invisible work, treated as a natural attribute of women. The inequality that arises through it, however, points to a process of expropriation and violence, which is reproduced through unpaid work that is fundamental to capitalist reproduction. Understanding how gender and patriarchal inequalities arise and reproduce themselves is essential to unveil the mystification that places social production and reproduction as disconnected spheres. Thus, the article problematizes the sexual division of labor in capitalism, pointing out determinations and mediations of this historical construction.

Keywords: sexual division of labor, patriarchy, social reproduction.

¹ Universidade Federal de Pernambuco

Introdução

No senso comum, a diferenças entre mulheres e homens tende a alicerçar-se na sobrevalorização da diferenciação biológica, “atribuindo aos dois sexos funções diferentes (divididas, separadas e geralmente hierarquizadas) no corpo social como um todo”, determinando papéis sociais específicos, aos quais “um gênero (um tipo) “feminino” é culturalmente imposto à fêmea para que se torne uma mulher social, e um gênero “masculino” ao macho, para que se torne um homem social” (MATHIEU, 2009, p. 222).

Porém, como Simone de Beauvoir já problematizava em 1949, a “sociedade não é uma espécie: nela, a espécie realiza-se como existência” (BEAUVOIR, 1949, p. 56). A organização social não encontra seus fundamentos em fatores restritamente biológicos, considerando que “o equilíbrio das forças produtoras e das forças reprodutoras realiza-se diferentemente nos diversos momentos econômicos da história humana” (BEAUVOIR, 1949, p. 56).

A frase célebre da autora “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1949) carrega a essencialidade da perspectiva de gênero (ou sexo social), considerando que é “preciso aprender a ser mulher, uma vez que o feminino não é dado pela biologia, ou mais simplesmente pela anatomia, e sim construído pela sociedade” (SAFFIOTI, 1999, p. 160). Por isso, ainda que permaneça por horizontes do existencialismo, a contribuição de Beauvoir para problematizar os papéis de gênero na sociedade é imemorável.

Na raiz dessa problematização, corrobora-se com a abordagem de Ferreira (2017, p. 40), quando afirma que o “sexo não é um dado natural, mas antes, uma construção social, o resultado de um processo histórico, que dividiu a humanidade entre dois grupos sociais, mulheres e homens, e subordinou as primeiras ao segundo grupo.” Rejeitando, portanto, qualquer “dado biológico a partir do qual se constrói o sexo social ou o gênero.”

O termo “gênero”, propriamente, abarca uma vasta conceitualização, atravessando em diferentes correntes teóricas profusos significados e abordagens. Yannoulas (2011, P. 284) aborda que “a categoria de gênero provém do latim *genus* e refere-se ao código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres.” Ou seja, acredita que se refere ao “modo como as culturas interpretam e organizam a diferença sexual entre homens e mulheres. Sua principal característica está na mutabilidade, isto é, na possibilidade de mudança na relação entre homens e mulheres através do tempo” (YANNOULAS, 2011, P. 284).

Saffioti (2015, p. 47) acorda que gênero se refere a “uma categoria histórica”. E, enquanto tal;

Gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (Leuretis, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (Scott, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de característicos e potencialidades (Flax, 1987); como, numa certa instância, uma gramática seuçal, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (Saffioti, 1992, 1997b; Saffioti e Almeida, 1995) etc. (SAFFIOTI, 2015, P. 47)

Para Saffioti (2015, p. 74), conquanto também considere “gênero” com maior dimensionalidade para a relação homem-mulher – considerando que faz parte da “realidade objetiva com a qual todo ser humano se depara ao nascer”, pois mesmo que determinada historicamente “esta realidade é previamente dada para cada ser humano que passa a conviver socialmente” (SAFFIOTI, 2015, P. 75) – igualmente considera fundamental estender essa categoria para tratar “relações homem-homem e mulher-mulher”.

De todo modo, Saffioti (2015, p. 47) destaca que apesar de cada corrente teórica enfatizar “determinado aspecto do gênero” haveria nesse interior “um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino.” E nesse campo é que as desigualdades são construídas, determinadas – e não dadas naturalmente. “Nas relações sociais entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência” (SAFFIOTI, 2015, p. 75).

De todo modo, Saffioti (2015, p. 47) destaca que apesar de cada corrente teórica enfatizar “determinado aspecto do gênero” haveria nesse interior “um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino.” E nesse campo é que as desigualdades são construídas, determinadas – e não dadas naturalmente.

O lugar social das mulheres pelas determinações patriarcais de gênero

Mesmo no caso de profundas transformações societárias, muitas desigualdades são repostas por novas bases, onde “o novo e o velho coexistem até que prevaleça o primeiro, sem, contudo, desaparecer completamente o velho, que se apresenta de outras formas” (SAFFIOTI, 2015, p. 71).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesse sentido, torna-se fundamental para discutir questões de gênero a apropriação da categoria “patriarcado”, pois não se refere a algo puramente privado. “O patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo” (SAFFIOTI, 2015, p. 49) e expõe as desigualdades que erigem a partir dessas relações.

Em geral, pensa-se ter havido primazia masculina no passado remoto, o que significa, e isto é verbalizado oralmente e por escrito, que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um patriarcado não mais existente ou em seus últimos estertores. De fato, como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em permanente transformação. Se, na Roma Antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano *de jure*. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade (SAFFIOTI, 2015, P. 48)

Delphy (2009, p. 174) retoma as origens do termo “patriarcado”, como um conceito extremamente antigo de fato, que combina as “palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando)”, e significaria, literalmente, “autoridade do pai”. Anteriormente observa-se “o adjetivo “patriarcal” em autores do século XIX, utilizado de maneira elogiosa em expressões como “as virtudes patriarcais”, a saber, a simplicidade dos costumes, a frugalidade, a vida no campo” (DELPHY, 2009, p. 174).

Mas a partir do final do século XIX o termo “patriarcado” vai assumindo problematizações, que em fins do século XX, se reconfigura completamente com os movimentos feministas na década de 1970.

Nessa nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina” (DELPHY, 2009, p. 174).

Nesse sentido, para Saffioti (2015, p. 49) “colocar o nome da dominação masculina – patriarcado – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração” (SAFFIOTI, 2015, p. 49). Trata-se de situar o lugar das mulheres a partir das determinações de gênero, mas que surgem no interior de ditames especificamente patriarcais.

Para além, Mies (2022) aborda que situar “patriarcado denota historicidade da exploração e da opressão das mulheres” – ou seja, implica reconhecer suas determinações situando-as tanto geográfica como historicamente a partir da forma como se consolidou no interior do sistema vigente. Pelo seu ponto de vista,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Historicamente, sistemas patriarcais foram desenvolvidos em momentos específicos, por povos específicos e em regiões geográficas específicas. Não constituem sistemas universais e atemporais que sempre existiram. (...) O fato de que o patriarcado é hoje um sistema quase universal que afetou e transformou a maioria das sociedades pré-patriarcais deve ser explicada pelos principais mecanismos usados para expandir esse sistema (MIES, 2022, p. 102).

Friedrich Engels, em 1884, situa o patriarcado assumindo forma particular na realização do sistema capitalismo. Em sua obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” analisa, através da obra de Lewis Henry Morgan e algumas notas de Karl Marx sobre os estudos do antropólogo, uma crítica à família monogâmica burguesa e a divisão do trabalho a ela vinculada, explorando sua construção sócio-histórica em diferentes formatos e transformações.

Para o autor, o surgimento da propriedade privada foi um dos fatores determinantes para a quebra de uma relação de complementariedade na divisão de trabalho até então estabelecida. Com o desenvolvimento das forças produtivas e complexificação dos instrumentos de trabalho, começaram a surgir excedentes do trabalho, dando início a uma embrionária riqueza social que, pelo caráter da divisão do trabalho até então estabelecida, começa a concentrar-se nas mãos dos homens. Processo esse que se intensifica com a escravidão – quando passa-se a considerar sujeitos mão de obra para produção (e reprodução).

Por isso, Engels traz que quanto mais cresciam esses excedentes nas mãos dos homens, tanto mais aumentava seu poder e prestígio social. Engels acredita que foi o processo da divisão sexual do trabalho estabelecida nesse período que permitiu propriedade sobre os excedentes da produção e sujeitos escravizados aos homens, por meio do qual conseguiram derrubar a sucessão hereditária que dava privilégio e prestígio às mulheres, através de forte misticismo (com raízes na Antiga Grécia e no Império Romano), pelo qual consagrou-se o “direito hereditário masculino”, estabelecendo assim, a constituição do patriarcado.

Portanto, à medida que se multiplicavam, as riquezas, por um lado, proporcionavam ao homem uma posição mais importante do que a da mulher na família e, por outro, geravam o impulso para valer-se dessa posição fortalecida a fim de derrubar a sucessão hereditária em favor de seus filhos/filhas. Mas isso não foi possível enquanto vigorou a linhagem segundo o direito materno. Era esta, portanto, que tinha de ser derrubada, e ela o foi. Isso nem foi tão difícil como parece hoje. Pois essa revolução – uma das mais incisivas que a humanidade vivenciou – não precisou tocar em nem sequer um dos membros vivos de uma gens. Todos os integrantes da gens permaneceram exatamente como estavam. Bastou tomar a simples resolução de que, dali por diante, os descendentes dos membros masculinos permaneceriam na gens, mas os dos membros femininos deveriam ser excluídos, passando para a gens do pai. Desse modo, o estabelecimento da linhagem pela linha feminina e o direito hereditário materno foram derrubados, e a linhagem masculina e o direito hereditário masculino foram instituídos (ENGELS, 2012, p. 76).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesse movimento histórico as mulheres tornam-se mais uma propriedade dos homens. De acordo com Engels, portanto, a família monogâmica surge de forma violenta: vinculado à escravidão, à gênese da propriedade privada, por uma retirada forçada aos direitos históricos que até então estavam estabelecidos para as mulheres. Surge para reafirmar o poder paterno, para submeter as mulheres ao poder do patriarca e determinar seus herdeiros. “Ela se funda no domínio do homem, com a finalidade expressa de gerar filhos com paternidade inquestionável, e essa paternidade é exigida porque um dia os filhos deverão assumir, como herdeiros naturais, o patrimônio paterno” (ENGELS, 2012, p. 83).

Ao lado da escravidão, a opressão das mulheres pelos homens constitui, para Engels, os primeiros antagonismos entre classes sociais, com a expropriação, opressão, e subjugação de determinados sujeitos sociais para realização de outrem. A monogamia confirma um “retrocesso”, de acordo com o autor, porque sua realização se dá restritamente a determinada classe. “Assim, o casamento monogâmico de modo algum entra na história como a reconciliação entre homem e mulher, muito menos como sua forma suprema. Pelo contrário. Ele entra em cena como a subjugação de um sexo pelo outro.” (ENGELS, 2012, p. 87).

Ainda que se trate de uma obra permeada de polêmicas e reconhecidos limites históricos/antropológicos, Engels nos provoca a pensar, ainda em 1884, sobre a família monogâmica burguesa. Há contribuições importantes ao compreender que a divisão do trabalho se estrutura de acordo com a organização social em totalidade – tendo o Estado atuante na garantia dos privilégios da classe dominante². Por isso, família não é uma organização natural, trans-histórica e atemporal como sacraliza-se: tem um surgimento demarcado por mudanças sociais profundas. Os formatos históricos que assume, historicamente, são determinadas pelo modo como a sociedade se organiza através do seu trabalho.

Estado, família, patriarcado, violência contra a mulher, divisão do trabalho, tudo aparece interligado enquanto uma totalidade estruturada, que encontra fundamentos na produção e na expropriação/apropriação do que é socialmente produzido. “A família moderna contém em seu

² “O Estado, portanto, de modo algum é um poder imposto de fora à sociedade;(…). É, muito pelo contrário, um produto da sociedade em determinado estágio de desenvolvimento; é a admissão de que essa sociedade se enredou em uma contradição insolúvel consigo mesma, cindiu-se em antagonismos irreconciliáveis e é incapaz de resolvê-los. Porém, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes, não consumam a sociedade e a si mesmos em uma luta infrutífera, tornou-se necessário um poder que aparentemente está acima da sociedade e visa abafar o conflito, mantê-lo dentro dos limites da “ordem”; e esse poder, que é oriundo da sociedade, mas colocou-se acima dela e tornou-se cada vez mais estranho a ela, é o Estado” (ENGELS, 2012, p. 2013).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

cerne não só a escravidão (servitus) mas também a servidão(...). Ela contém, *em miniatura*, todos os antagonismos que mais tarde se desenvolvem na sociedade e em seu Estado” (MARX, 2012, p. 78 *apud* ENGELS, 2012, p. 78). Assim, problematiza a instituição “família”, desnaturalizando papéis sociais no seu interior e questionando a violência que a funda estruturalmente – onde a dominação sobre as mulheres é evidenciada.

No entanto, outras perspectivas expandem para uma compreensão de “universalidade” dessa dominação sobre as mulheres, por ser majoritária em diferentes sociedades com datação histórica a perder de vista. Diversas correntes teóricas ultrapassam o pensamento de Engels mediante ao fato em que a “dominação patriarcal sobre as mulheres não nasce com o capitalismo e nem, tampouco, com a propriedade privada” (FERREIRA, 2017, p. 45). Ainda que existam estudos que caminhem por leituras diferentes sobre a posição social das mulheres nas formações sociais anteriores, “uma vasta literatura antropológica já demonstrou a existência da subordinação das mulheres e de uma divisão desigual do trabalho e do acesso a ferramentas em sociedades comunais” (FERREIRA, 2017, p. 45).

Paola Tabet (2014), por exemplo, voltando-se à diferentes estudos antropológicos, problematiza o uso dos instrumentos nas comunidades que subsistem de caça, coleta, pesca até chegar na agricultura, abordando que historicamente as mulheres estiveram privadas, ficando a cargo de instrumentos mais rudimentares e principalmente de atividades à mãos nuas (manipulação). “O círculo se fecha em torno das atividades das mulheres e trata-se de um círculo estreito: não aos instrumentos complexos e às armas e não também aos instrumentos simples se não foram fornecidos pelos homens: até um simples bastão não deve ser feito por elas, mas para elas” (TABET, 2014, p. 163).

Para a autora, o limite de acesso a esses instrumentos é que determina as atividades das mulheres na divisão sexual do trabalho. Não é uma divisão histórica gradual da sociedade, que chegou a experimentar de um comunismo primitivo, mas trata-se de um percurso histórico demarcado por controle, dominação, exclusão e manipulação.

O controle, por parte dos homens, da produção e do uso de instrumentos e armas confirma-se como condição necessária da dominação masculina sobre as mulheres, dominação baseada na violência (monopólio masculino das armas) e no subaparelhamento das mulheres (monopólio masculino dos instrumentos). A exclusão das mulheres da fabricação e da utilização de armas e instrumentos é a condição para seu uso no trabalho, na sexualidade, na reprodução da espécie (TABET, 2014, p. 165).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Portanto, para Tabet (2014), é preciso reconhecer a dominação masculina sobre as mulheres pelo próprio impedimento ao acesso e restrição dos instrumentos de trabalho mais complexos – que vêm desde as comunidades originárias. Porque se há acesso desigual aos meios de produção não se pode falar de uma divisão sexual do trabalho como uma relação de complementaridade, reciprocidade de tarefas e/ou cooperação. Trata-se de uma privação de acesso a instrumentos que determinam acesso aos recursos de subsistência como um todo e por isso determinam a dominação dos homens sobre as mulheres desde tempos imemoriais.

A divisão do trabalho não é neutra, mas orientada e assimétrica, mesmo nas sociedades ditas “igualitárias”; que não se trata de uma relação de reciprocidade e complementaridade, mas de dominação; que esta dominação se concretiza por meio de elementos objetivos claros e definidos, que é possível apontar constantes gerais e materiais, pode-se dizer, da divisão das tarefas, nas quais as relações de classe entre os dois sexos se exprimem antes mesmo do que nas definições ideológicas que acompanham as próprias tarefas (tais como a valorização das tarefas masculinas etc.); que, ao contrário, este caráter de dominação está na própria instituição da divisão do trabalho, por seus elementos de obrigação e de interdição correlatos à relação entre divisão do trabalho e obrigação da família e à criação de uma identidade masculina ou feminina sociológica, (...); enfim, que em tal quadro é necessário analisar a divisão sexual do trabalho como relação política entre os sexos (TABET, 2014, p. 107).

Dessa forma, há perspectivas teóricas em disputa no interior desse debate³. De fato, corrobora-se com o aspecto que essa forma de opressão não pode ser restrita à sua constituição da sociedade burguesa. No entanto, compreende-se mister localizar a discussão no interior do capitalismo na particularidade de seu antagonismo de classes, considerando que assume determinações incontestáveis à organização da vida social de forma ampliada, inclusive à divisão sexual do trabalho.

Determinações da divisão sexual do trabalho no capitalismo

O que parece consensual e relevante nesses últimos pontos trazidos por diferentes autoras e por Engels é considerar que, por mais profundas as transformações históricas vivenciadas nas sociedades, mesmo quando exigem uma reorganização no modelo produtivo e, conseqüentemente, nas formas relacionais entre os sujeitos, não há uma restauração completa e automática do sistema – que acaba se apropriando de antigas contradições para reproduzir-se. Ou seja, ainda que transformações no modo de produção possam ter reestruturado os papéis de

³ Cujo aprofundamento não é o objetivo da pesquisa em questão. Para tal, buscar leituras em autoras/es como Engels, 2012; Mathieu, 2014; Tabet, 2014; Mies, 2022; Ortner, 1979.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

gênero, a reprodução das relações sociais patriarcais cristalizadas no interior de formações sociais anteriores não findou: se reatualizou.

Isso fundamenta, em parte, a divisão sexual do trabalho (DST) como conhecemos na contemporaneidade. De acordo Hirata e Kergoat (2007, p. 599), a DST pode ser compreendida como “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos,” no qual os papéis assumidos são determinados pelas sociedades no decorrer da história – que conforme supramencionado, não é linear e homogênea, mas de forma ampliada é marcada por controle e dominação.

Nessa construção, consolidaram-se como “características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Mas além dessas definições mais consensuais acerca da divisão sexual do trabalho, Hirata e Kergoat (2007) salientam a importância de aprofundar a compreensão da temática a partir de “dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher)” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599). Para as autoras, tais princípios encontram validade para diferentes sociedades, e encontram na ideologia naturalista legitimação para perpetuar-se.

Porém, “se os dois princípios (de separação e hierárquico) encontram-se em todas as sociedades conhecidas e são legitimados pela ideologia naturalista, isto não significa, no entanto, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 600). Em verdade, contrariamente, encontra “incrível plasticidade: suas modalidades concretas variam grandemente no tempo e no espaço” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 600). Não é estático e nem obedece determinada linearidade. Transforma-se constantemente na história, assume novas dinâmicas, mudam-se os papéis. “O que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo.” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 600). A divisão sexual do trabalho, é, portanto, um processo determinado por enorme “distância” entre os sexos sociais.

Trata-se de uma dinâmica complexa, contraditória e em constante disputa – mas que permanece permeada por grande antagonismo. Uma distância que abarca diferentes âmbitos, que ainda que se altere nos diferentes modos de produção, não conseguem alterar sua essencialidade. O que não retira a centralidade do momento histórico atual, que perpetua e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

caracteriza a reprodução dessas contradições em seus formatos e especificidades, já que a depender do modo de produção em sua dimensão espaço-temporal alteram-se também as finalidades a que se destina esta subordinação e o arcabouço ideológico que a funda.

Em verdade, sistemas econômicos são extremamente complexos, atravessados por diversas determinações que se reproduzem ao nível da aparência, e, portanto, são estruturas difíceis de serem acessadas em essencialidade. Os fenômenos estão condicionados à totalidade social, conseqüentemente, pelas condições e contradições históricas aos quais foram atravessados em toda sua constituição social (KOSIK, 1976), sendo que o contraditório de hoje encontra raízes em períodos precedentes ao capitalismo.

Assim, a atualidade está carregada por determinações que envolvem todo processo de desenvolvimento da sociedade, isto é, as novas formas de produção não supõem um rompimento absoluto com as relações de produção anteriores.

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem, simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas (MARX, 2011, p. 58).

Até porque, se nos voltarmos à transição do mundo feudal ao burguês, podemos constatar que não se dá por um movimento harmônico de evolução das forças produtivas. Sua transição é violenta e excludente para um sistema que mantém privilégios e acentua desigualdades.

Nos primórdios do capitalismo é possível notar um movimento específico em relação às mulheres, que em certa medida foi determinante aos papéis de gênero acimentados na transição do feudalismo para o capitalismo – e há até hoje, já que esses papéis não determinam apenas os sujeitos ou grupos sociais isoladamente, mas dizem respeito à forma como se estruturam a produção e reprodução sociais como motores da dinâmica do modo de produção em sua totalidade.

Silvia Federici (2017), através de uma recuperação histórica, nos chama a atenção: a transição para o sistema capitalista se deu por um violento movimento de subordinação das mulheres aos papéis de reprodução da vida humana. A autora destaca, que essa transição é uma chave impreterível ao feminismo, pois o reordenamento das “tarefas produtivas e reprodutivas e as relações homem-mulher nesse período, ambas realizadas com máxima violência e intervenção



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estatal, não deixam dúvidas quanto ao caráter construído dos papéis sexuais na sociedade capitalista” (FEDERICI, 2017, P. 30).

Ainda que se tratem de processos anteriores à consolidação do sistema capitalista propriamente, se constituem como raízes que, historicamente, o fundam e o sustentam, pois tratou-se de uma imposição violenta que encontra no massacre sobre vidas, corpos e conhecimentos dessas mulheres consideradas os pilares para o capitalismo desenvolver-se.

Destarte, todo ódio, perversidade e irracionalismo que envolveram as torturas, mortes e abusos, o processo histórico da “caça às bruxas” não diz respeito somente ao processo de decadência da ordem feudal em contraposição às novas forças burguesas emergentes, nem sequer “uma manifestação de sadismo masculino atemporal”. Carrega a essência de “reação das novas classes dominadas pelos homens contra a rebelião das mulheres” (MIES, 2022, p. 172). Das milhares ou milhões de mulheres que de “pobres ‘libertadas’, ou seja, expropriadas de seus meios de subsistência e habilidades, lutaram contra seus expropriadores” (MIES, 2022, p. 172).

Recuperar esses fatos históricos é reconhecer a trajetória violenta sobre o trabalho, conhecimento e corpos das mulheres. Não se tratou de um processo biológico, natural, cultural e/ou gradual para chegarem a esse papel de subordinação: muitos movimentos de resistências foram massacrados. Em diferentes momentos as classes dominantes, muitas vezes através do Estado, apropriaram-se das mulheres para conter crises ou avançar em sua máxima exploração. São determinações fundamentais à misoginia – e o ambiente misógino, por sua vez, é favorável aos processos de apropriação/expropriação.

Para além, a própria reestruturação produtiva que envolveu o soerguimento da sociedade burguesa cria fragmentações até então inexistentes, ao acentuar as separações de funções próprias da DST enquanto fragmentações até então inexistentes, através de uma mudança profunda na organização da estrutura social como um todo. Anteriormente havia o predomínio da economia de subsistência, o que propiciava mais unidade entre produção e reprodução sociais.

De acordo com a perspectiva engelsiana a trajetória histórica da humanidade é determinada pela “produção e a reprodução da vida imediata”, que por um lado envolve os meios de produção e fabricação de ferramentas e objetos diversos; e, paralelamente, o processo de geração e continuidade da vida humana propriamente, os processos de subsistência imediatos.

Segundo a concepção materialista, o fator que, em última análise, determina a história é este: a produção e a reprodução da vida imediata. Ele próprio, porém, é de natureza dupla. Por um lado, a geração dos meios de subsistência, dos objetos destinados a alimentação,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

vestuário, habitação e das ferramentas requeridas para isso; por outro, a geração dos próprios seres humanos, a procriação do gênero (ENGELS, 2012, p. 18).

Tratam-se de fenômenos indissociáveis, intrínsecos, que estão intimamente interconectados, mas que assumem particularidades, historicamente. Isto é: são unidade, na organização social, articulam-se fundamentalmente, ainda que carreguem determinações próprias e transformem-se no percurso histórico.

No capitalismo, em seu processo de fragmentação e alienação das diferentes esferas da vida social, inaugura-se uma ruptura profunda nesse nexos entre produção e reprodução – que passam a ser reproduzidos como processos distintos e desconexos. Isso se dá, em partes, pela própria dinâmica de um modelo produtivo que não é voltado à satisfação das necessidades humanas. Trata-se de um modo de produção que gera a quebra na coerência da produção com vistas à “autossuficiência” e o valor de troca sobrepõe-se ao valor de uso.

As unidades básicas das formas antigas de controle sociometabólico eram caracterizadas por um grau elevado de autossuficiência no relacionamento entre a produção material e seu controle. Isto se aplica não apenas às comunidades tribais primitivas, mas também à economia doméstica das antigas sociedades escravistas e ao sistema feudal da Idade Média (MÉSZÁROS, 2011, p. 101).

Ou seja, nas formações societárias anteriores a relação entre a produção autossuficiente determinava (e era determinada) por uma forma de controle mais direta e, portanto, diretamente conectada à reprodução social. Mas no capitalismo a lógica de produzir para subsistir desloca-se. O mercado é o âmbito que determina a produção e sobrepõe-se à vida.

Nesse novo processo da produção voltada ao “*valor de troca universalmente dominante*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 610; grifos do autor); o papel da reprodução da força de trabalho é imposto às mulheres a partir de uma mistificação de não-trabalho, dada a sua condição de produzir restritamente valor de uso, e, portanto, enquanto uma atividade que não justifica assalariamento – movimento que permite a absoluta desvalorização do trabalho feminino.

Conforme Federici (2017, P. 146) aponta, ao criar a “separação efetuada entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho” permitiu (e permite!) uma ampliação da “acumulação de trabalho não remunerado”, enquanto em paralelo, coloca de forma violenta as mulheres à margem do sistema.

A separação entre produção e reprodução criou uma classe de mulheres proletárias que estavam tão despossuídas como os homens, mas que, diferentemente deles, quase não



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

tinham acesso aos salários. Em uma sociedade que estava cada vez mais monetizada, acabaram sendo forçadas à condição de pobreza crônica, à dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras (FEDERICI, 2017, P. 146).

Por isso, conforme o capitalismo vai se consolidando, as atividades de produção e reprodução sociais passam a ser “portadoras de outras relações sociais e eram sexualmente diferenciadas” (FEDERICI, 2017, P. 146). Nesse reordenamento, o trabalho reprodutivo foi mistificado, tornando-se aparentemente invisível do ponto de vista econômico e ficando majoritariamente a cargo das mulheres. Já o trabalho assalariado fica sobretudo como papel dos homens, e quando as mulheres ocupam esses postos sua força de trabalho é extremamente desvalorizada.

A reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho. O trabalho reprodutivo continuou sendo pago — embora em valores inferiores — quando era realizado para os senhores ou fora do lar. No entanto, a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres”. Além disso, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas e, quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam uma miséria em comparação com o salário masculino médio (FEDERICI, 2017, P. 146).

Nesse processo o trabalho doméstico, de cuidados e o trabalho vinculado à pequena produção agrícola familiar, ou seja, todo trabalho que abarca atividades atreladas diretamente à reprodução, sobretudo quando exercido pelas mulheres, não é mensurado na reprodução ampliada do capital e mostra-se como uma esfera invisível do processo produtivo global. “Es estarelación "olvidada" la que hace que "el trabajo de las mujeres" – realizado en ambas esferas – cobre vital importancia y debiera ser un tema central de análisis de cualquier sistema económico” (CARRASCO, 1992, p. 98-99).

Em verdade, torna-se um nicho central de acumulação do capital, sob pretexto da naturalização do papel feminino. Mas, indiretamente esse trabalho não-reconhecido e não-remunerado (ou extremamente mal-remunerado, no caso das trabalhadoras domésticas) sustenta o processo de acumulação, ao reproduzir força de trabalho disponível sem custos aos proprietários dos meios de produção, o que permite a disponibilidade e barateamento da força de trabalho. Dessa forma, o trabalho das mulheres integra o processo de reprodução social de forma ampliada, na medida em que fornece força de trabalho disponível, com os custos de sua manutenção reduzidos – a partir do barateamento nos custos de subsistência, ampliando, assim, o próprio tempo de trabalho excedente.

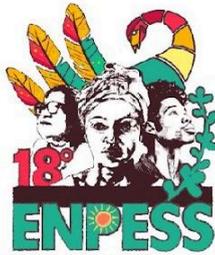
O Relatório “Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade” (OXFAM, 2020), trouxe dados da absurda desigualdade social no mundo, que tem um recorte fundamentalmente sexista. De acordo com o documento, em 2019, 1% da população mais rica do mundo detém mais que o dobro da riqueza de 6,9 bilhões de pessoas. Nesse interior, os 22 homens mais ricos do mundo detinham mais riqueza do que todas as mulheres que viviam na África juntas. Para além, “o valor monetário global do trabalho de cuidado não remunerado prestado por adolescentes e mulheres na faixa etária dos 15 anos ou mais é de, no mínimo, US\$ 10,8 trilhões por ano - três vezes mais alto que o estimado para o setor de tecnologia do mundo” (OXFAM, 2020, p. 06). Ou seja, a forma como a divisão sexual se estrutura no modo de produção capitalista permite que poucas pessoas acumulem grande riqueza, explorando o trabalho de mulheres e meninas, diariamente.

Considerações finais

Papeis femininos na sociedade vão se consolidando como forma de criar, cuidar e servir não apenas indivíduos isoladamente, mas sobretudo à lógica de um sistema que em sua emergência precisava de sujeitos capazes de desempenhar o trabalho na esfera da reprodução da mão de obra operária sem custos ao capital. Um sujeito social capaz de ampliar o tempo de trabalho excedente, responsáveis pela parte, agora fragmentada, de reprodução da vida, mas que é parte integrante, fundamental e basilar da produção como um todo.

Por isso, ainda que naturalizadas, essa diferença entre os sexos sociais diz respeito a uma construção sócio-histórica – não se trata de um processo natural e/ou ditado pela existência de uma essencialidade feminina, mas pela própria forma como consolidou-se a dinâmica capitalista, incorporando e readequando o patriarcado já existente em suas dinâmicas organizacionais, numa estruturação categórica das relações de gênero. Em verdade, “la desvalorización de dicho trabajo fue una construcción social que acompañó al desarrollo de la producción mercantil, y ofrece luz sobre las profundas raíces de la desigualdad sexual sobre las que se fundamenta” (CARRASCO, BORDERÍAS, TORNS; 2011, p. 16).

As mulheres são fundamentais ao sistema capitalista em diversos níveis, protagonistas de muitas resistências, mas ainda se tratam de lugares desconhecidos, invisibilizados e/ou mistificados. Esse fenômeno diz respeito a um processo de invisibilização e mistificação pelo lugar ocupado social e historicamente pelas mulheres na Divisão Sexual do Trabalho (DST).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Voltar-se à totalidade que funda esse processo é fundamental. Porque não tem como apreender um fenômeno isolado em si mesmo: parte-se do pressuposto que a essência e o fenômeno são unidade na realidade social, um não existe sem o outro. A expressão do fenômeno está condicionada à realidade como um todo. “Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos – o conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si.” (KOSIK, 1976, p. 44).

Referências bibliográficas:

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**: Fatos e Mitos. Volume I, tradução de Sérgio Milliet, 5ª edição, Nova Fronteira, Rio de Janeiro: 2019.

CARRASCO, Cristina. El trabajo de las mujeres: producción y reproducción. (Algunas notas para su reconceptualización). Cuadernos de Economía, volume 20, páginas 95 à 109, 1992.

CARRASCO, Cristina; BORDERIAS, Cristina; TORNS, Teresa. Introducción. **El trabajo de cuidados**: antecedentes históricos y debates actuales. In: CARRASCO, Cristina; BORDERIAS, Cristina; TORNS, Teresa (eds.). El trabajo de cuidados: história, teoria y políticas. Madrid: Catarata, 2011.

COLERATO, Marina. Destrua o Patriarcado, Salve o Planeta: Por Que Proteção Ambiental e Feminismo Juntos. **Modifica**, Socioambiental, 13 de março de 2019. Disponível em: <https://www.modifica.com.br/patriarcado-meio-ambiente-feminismo/>. Acesso em 20 de abril de 2022.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Expressão Popular, 2012.

FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021**: transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4474en/>. Acesso em 02 de agosto de 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Verônica Maria. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social**: uma análise de suas tendências. Orientador (a): Prof.ª Dra. Ana Elizabete Fiúza



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Simões da Mota. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2017. Recife, 2017.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão.** In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. (Orgs.). Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 263-278.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**, 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. IN: HIRATA, Helena; FRANÇOISE, Laborie, HÉLÈNE, Le Doaré; DANIÈLE Senotier (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. 4ª reimp. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** [1857-8] Trad. Márcio Duayer e Nélio Schneider. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **O Capital: crítica da economia política. Livro I - o processo de produção do capital.** Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição.** 1ª edição revista. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIES, Maria. **Patriarcado e Acumulação em Escala Mundial: mulheres na divisão internacional do trabalho.** 1ª edição, Editora Ema Livros e Editora Timo: São Paulo, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Primórdios do conceito de gênero.** Cadernos Pagu, Campinas, v. 12, p.157-163, 1999. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634812/2731>. Acesso em 1º de dezembro de 2022.

_____. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Expressão Popular, 3ª edição. São Paulo, 2013.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. **Gênero patriarcado violência.** Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular: 2ª edição. São Paulo, 2015.

SHIVA, Vandana. O empobrecimento do meio ambiente: mulheres e crianças por último. IN: MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo.** Tradução Carolina Caires Coelho. Belo Horizonte, Editora luas, 2021.

TABET, Paola. Mãos, instrumentos, armas. IN: GUILLAUMIN, Colette; TABET, Paola; CLAUDE, Nicole. **O patriarcado desvendado:** teorias de três feministas materialistas. Organizadoras: FERREIRA, Verônica [et al.], Recife: SOS Corpo, 2014.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez. 2011.